

Apresentação

Interpretação e Representação na Saúde Coletiva

Esta publicação está centrada nas problemáticas da *interpretação* e da *representação*. Foi na indagação conceitual destas, assim como na incidência da interpretação e da representação na constituição de alguns objetos teóricos no campo da saúde coletiva, que se aventuraram os autores dos diferentes trabalhos que compõem este volume. Pretendemos destacar nesta apresentação questões relativas à inserção dessas problemáticas no campo da saúde e, especificamente, na fundação mais recente do discurso da saúde coletiva.

Real, realidade e ordem simbólica

A problemática da representação tem importância crucial nos campos da antropologia social e da psicanálise, confundindo-se mesmo com a história destas disciplinas. O conceito de representação, é certo, não é exatamente o mesmo nos dois campos e tem implicações diferentes na economia interna de cada um. Além disso, as trajetórias destes saberes impuseram transformações ao próprio conceito. Porém, sem perder de vista a especificidade dos objetos de cada disciplina, podemos enunciar que, de maneira diferente, se delineia um horizonte convergente — embora não semelhante — na forma como a atividade teórica concebe o *real*.

Com efeito, nestes saberes o real é desenhado, nas suas regularidades e irregularidades, nas suas repetições e nos seus acidentes, a partir da *ordem simbólica*. Estas disciplinas não reconhecem qualquer autonomia absoluta do real, exterior ao registro simbólico. Dito de outra maneira, o real é capturado

pelas redes de sentido inscritas na ordem simbólica, de forma que os diferentes objetos constitutivos da realidade se ordenam enquanto tal pela operação de simbolização, instaurando então a experiência do mundo como consubstancial ao registro da significação.

Portanto, o real apenas se constitui como *realidade* pela mediação da ordem simbólica, que lhe oferece consistência significativa, para que possa ser compartilhada por uma comunidade social determinada, dotada da mesma tradição histórica e lingüística. Isso implica dizer que a realidade é uma constituição eminentemente *intersubjetiva* e simbólica, não existindo pois fora dos sujeitos coletivos e históricos, que são ao mesmo tempo os seus artífices, os seus suportes e os mediadores para a sua transmissão.

A linguagem é a matriz originária e o instrumento primordial onde se modelaram os conceitos da *realidade social* e da *realidade psíquica*, que são constituídas como campos de objetividade pela ordem simbólica. Por isso mesmo, a interpretação é o instrumento fundamental para a produção do conhecimento na psicanálise e na antropologia social, pois os diferentes objetos teóricos de ambas as disciplinas se constituem no espaço regulado pela significação. Revela-se assim a similaridade entre estes discursos e a história, saber baseado na interpretação da memória coletiva, materializada em arquivos de textos. Enfim, nestes domínios teóricos não existe qualquer possibilidade de se definir um campo de causalidade que seja exterior às estratégias da interpretação.

Em verdade, foi nos campos da teologia (Schleiermacher), da história da filosofia grega (Schleiermacher),¹ da filologia (Boeckh)² e da história (Droysen)³ que, no século XIX, se realizaram, na tradição alemã, os primeiros passos para se fundar o campo das ciências da cultura, considerando que a significação seria a matéria-prima da interpretação. Na segunda metade do século XIX essas pesquisas se desdobraram na hermenêutica de Dilthey, que fundamentou e sistematizou filosoficamente a especificidade teórica das ciências da cultura (*Geisteswissenschaften*) face às ciências da natureza (*Naturwissenschaften*).⁴ Com efeito, inserindo-se no caminho entreaberto pela revolução kantiana, Dilthey enunciou a necessidade de se realizar a “crítica da

1 FREUND J., *Les théories des sciences humaines*. Capítulo III. Paris, Presses Universitaires de France, 1973.

2 Idem.

3 Idem.

4 DILTHEY J., *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid, Revista de Occidente, 1966. Primeira edição, 1883.

razão histórica”, como contraponto à “crítica da razão pura”,⁵ que se baseava na leitura da física de Newton.

Porém, se esta tradição teórica se materializou em diferentes positividades discursivas no século XIX, com a constituição das diversas ciências da cultura, a sua emergência histórica na memória ocidental é bem anterior, iniciando-se no discurso filosófico dos séculos XVII e XVIII. Com efeito, foi na crítica da teologia dogmática, centrada na leitura das Sagradas Escrituras, que a filosofia começou a constituir a categoria de interpretação. Spinoza se destacou como um dos inauguradores desta tradição, pelo seu trabalho crítico de exegese da Bíblia.⁶

Portanto a inauguração do campo da interpretação se realizou no Ocidente pela desmontagem sistemática da concepção de verdade revelada e absoluta, transmitida pelo dogmatismo religioso e sustentada pela Igreja, no mesmo período histórico em que o discurso científico se constituiu. Isso implica dizer que, na tradição ocidental, a produção do discurso da ciência teve como correlato a emergência da crítica à idéia de verdade sagrada, introduzindo-se o esboço de uma concepção de saber na qual a *relatividade* das condições do conhecimento passa a ocupar um lugar progressivamente destacado. Enfim, para a produção do discurso científico na aurora do século XVII foi decisiva a constituição de uma nova concepção de linguagem e de interpretação, que retirou do universo das coisas a marca dogmática do sagrado e da eternidade.

Linguagem e história

Ao destacar a importância da ordem simbólica na racionalidade das diversas ciências da cultura, para pensar na transformação do que se concebe como sendo o real em realidade, é necessário que se enuncie a concepção de ordem simbólica que estamos propondo.

Afastemos desde o início uma possível fonte de equívocos, ao se considerar esta modalidade de leitura sobre a representação e a interpretação como sendo estritamente de ordem estruturalista. Com efeito, o estruturalismo representa somente *uma* das tendências do pensamento contemporâneo que estabeleceu o pressuposto teórico de que a realidade se constitui a partir da ordem

5 KANTE., *Critique de la raison pure*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971. Primeira edição, 1781.

6 CHAUI M.S., “Linguagem e discurso: o contradiscurso de Baruch Espinosa”, in CHAUI M.S., *Da realidade sem mistério ao mistério do mundo (Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

simbólica, mas não é a única leitura nesta direção. Existem em nosso campo histórico outros discursos teóricos que operam com este pressuposto sem que proponham as mesmas soluções oferecidas pelo estruturalismo.

Assim, não é preciso ser adepto da leitura estruturalista em ciências humanas para admitir que a ordem simbólica é constitutiva da realidade, pois na perspectiva do simbólico que enfatizamos se inserem também as diferentes leituras sobre o imaginário social e o imaginário psíquico. Com efeito, diversos estudos sobre o *imaginário* se fundam na perspectiva de que a realidade social e a realidade psíquica se constituem pela linguagem, de maneira que nestas investigações a interpretação se destaca como o instrumento fundamental de leitura da realidade.

Em relação a outras leituras possíveis, o que caracteriza a leitura estruturalista do simbólico é a sua concepção de linguagem, que seria constituída por uma rede diacrítica de significantes, considerados isoladamente como sendo vazios quanto ao significado. O arranjo posicional dos significantes em diferentes conjuntos é que determina a produção de significados. Desta maneira, o estudo da linguagem assume uma direção inequivocamente formalista, com destaque para o registro lógico e os modelos matemáticos, que se tornam exigências fundamentais para o rigor teórico.

No campo da psicanálise estrutural, concepções não estruturalistas da linguagem são consideradas discutíveis do ponto de vista científico. Esta leitura é bastante patente entre alguns herdeiros teóricos de Lacan, que depreciam a validade teórica de qualquer discurso psicanalítico que considere o inconsciente fora dos registros da linguagem e da fala.⁷ Portanto, enunciar algo sobre o inconsciente sem se referir aos matemas lacanianos e ao discurso matemático da topologia é estar falando de uma “falsa” psicanálise, restrita ao registro “imaginário” do eu.⁸

Porém outras concepções de linguagem não destacam a autonomia do campo diacrítico dos significantes face ao campo dos significados, propondo a dependência dos registros dos significantes e dos significados. Esta relação não é concebida como biunívoca — caso em que a cada significante corresponderia um significado — como se enunciava numa leitura elementarista da linguagem. Nessa outra perspectiva, a leitura sincrônica não tem qualquer supremacia sobre

7 Sobre isso, ver: MILLER J.A., *Matemas I*. Buenos Aires, Manantial, 1987; MILLER J.A., *Matemas II*. Buenos Aires, Manantial, 1988.

8 Sobre isso, ver: ROUSTANG F., *Lacan: de l'équivoque à l'impasse*. Capítulos II e III. Paris, Minuit, 1986.

a leitura diacrônica dos acontecimentos no campo da linguagem, de forma que se torna essencial a articulação entre os registros lingüístico, social e histórico.

A filosofia analítica da linguagem, constituída na tradição inglesa, nos indica um caminho teórico bastante diverso em relação ao pensamento estruturalista. Seguindo essa tradição o norte-americano Searles produziu o conceito de *ato de linguagem*⁹ articulando internamente as categorias de ação e linguagem. Baseou-se, para tal, em Austin¹⁰ e na segunda filosofia de Wittgenstein,¹¹ cuja obra seguiu um percurso exemplar, ao se deslocar de um discurso filosófico centrado na lógica¹² para fundar-se na linguagem, onde se destaca o conceito de *jogo de linguagem*.¹³ Neste contexto, o ser da linguagem não fica restrito numa concepção formalista. Portanto, nestas diferentes leituras não existe qualquer separação entre linguagem e ação, entre o discurso e o campo social onde circula o discurso, pois a linguagem é imediatamente ato, já que é primordialmente fala e interlocução entre sujeitos no espaço social. Assim, a linguagem é abertura para a produção da história.

Saber e interpretação

Evitando o equívoco de sobrepor ao discurso estruturalista a formulação abrangente de que o real é subsumido à regularidade da ordem simbólica, podemos enunciar que nas últimas décadas as ciências humanas se desenvolveram na direção de enfatizar a dimensão constitutiva da realidade pela mediação do simbólico, de forma a construir uma *hermenêutica do social* e uma *hermenêutica do psíquico*. Não estamos afirmando que esta seja a única direção de desenvolvimento teórico no campo das ciências humanas, mas que este caminho de investigação se destaca cada vez mais como uma tendência importante.

No registro epistemológico estas hermenêuticas se apresentam como discursos críticos face a uma concepção positivista da ciência, que estabeleceu como cânone irrefutável a possibilidade de o fato social e o fato psicológico serem teoricamente representados fora do campo simbólico, espaço crucial não apenas para que esses fatos sejam constituídos como tais, mas também para que

9 SEARLES J., *The philosophy of language*. Oxford, Press Universitaires, 1971.

10 AUSTIN J.L., *Quand dire c'est faire*. Paris, Seuil, 1962.

11 WITTGENSTEIN L., *Philosophical Investigations*. Oxford, Basil Blackwell, 1953.

12 WITTGENSTEIN L., *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968. Primeira edição, 1921.

13 WITTGENSTEIN L., *Philosophical Investigations*, *op. cit.*

sejam destacados e reconhecidos por uma comunidade humana determinada, marcada pela mesma tradição histórica e lingüística. Por isso mesmo, desde a leitura inaugural do estruturalismo nos anos 50 até a voga recente dos diferentes discursos do pós-estruturalismo no campo das ciências humanas, se delineia cada vez mais o *paradigma teórico* de que a linguagem é constitutiva da realidade.

Com Lévi-Strauss a antropologia social teve a fecundidade de fundar uma teoria simbólica da cultura e do social,¹⁴ baseando-se para isso na tradição lingüística (Saussure)¹⁵ e fonológica (Jakobson),¹⁶ que constituíram critérios rigorosos de cientificidade no campo das ciências humanas, sem precisar transpor os modelos das ciências naturais. Com Lacan, a psicanálise inscreveu o inconsciente na ordem simbólica, formulando que o inconsciente seria uma realidade “transindividual” e “estruturada como uma linguagem”,¹⁷ apropriando-se para isso das tradições lingüísticas, fonológicas e da filosofia de Heidegger.¹⁸

As diferentes hermenêuticas pós-estruturalistas, no campo das ciências sociais e da psicanálise, encontraram no discurso filosófico de Heidegger uma ancoragem importante para a sua fundamentação. Na tradição alemã, Gadamer se colocou como uma das vanguardas importantes da filosofia social,¹⁹ baseando-se na ontologia de Heidegger, na qual a ordem social e a ordem cultural são representadas no horizonte do universo da linguagem. De forma correlata, na tradição francesa Ricoeur pretendeu renovar a fenomenologia pelo discurso hermenêutico,²⁰ para fundamentar a sua leitura da psicanálise,²¹ da religião,²² da história,²³ e das ciências sociais,²⁴ baseando-se, para isso, tanto na ontologia de Heidegger quanto na filosofia da linguagem.

14 LEVI-STRAUSS C., *As estruturas elementares do parentesco*. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.

15 SAUSSURE F., *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1974.

16 JAKOBSON R., *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1972.

17 LACAN J., “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse,” in LACAN J., *Écrits*. Paris, Seuil, 1966.

18 HEIDEGGER M., *Ser e tempo*. Partes I e II. Rio de Janeiro, Vozes, 1988-1989.

19 GADAMER H.G., *Vérité et méthode*. Paris, Seuil, 1976. Primeira edição, 1960.

20 RICOEUR P., *Le conflit des interprétations*. Essais d’herméneutique, I. Paris, Seuil, 1969.

21 RICOEUR P., *De l’interprétation. Essais sur Freud*. Paris, Seuil, 1965.

22 RICOEUR P., *Le conflit des interprétations*. Partes IV e V, *op. cit.*

23 RICOEUR P., *Temps et récit*. Volumes I, II e III. Paris, Seuil, 1983-1984-1985.

24 RICOEUR P., *Du texte à l’action*. Essais d’herméneutique, II. Partes II e III. Paris, Seuil, 1986.

Em contrapartida, na tradição alemã a *teoria crítica* — representada inicialmente pelas pesquisas de Horkheimer, Adorno e Marcuse, que procuraram articular os discursos marxista e freudiano numa representação renovada do social, para uma leitura crítica das ideologias²⁵ — se desdobrou no trabalho de Habermas. Apesar da crítica rigorosa que empreendeu à ontologia de Heidegger e de Gadamer,²⁶ o discurso teórico de Habermas se funda também na filosofia da linguagem. Com efeito, para Habermas o espaço social e a sociedade democrática são representados como um complexo sistema dialógico de comunicação e de interação sociais, de maneira que o registro representacional de base lingüística é destacado como fundamental na constituição das ciências sociais.²⁷

Este debate, que atravessa a segunda metade do século XX e permanece inconcluso, nos conduz inevitavelmente a repensar não apenas como se concebe o discurso da ciência e o que funda os critérios de cientificidade, mas também a estabelecer em novas bases a relação entre saberes inscritos em territórios distintos da realidade.

Ciência, sujeito e interpretação

Como herdeiro incontestável da tradição hermenêutica que se constituiu no início do século XIX, Dilthey procurou fundamentar as ciências da cultura. Para isso precisou delinear a racionalidade das ciências da natureza, para que fosse então possível estabelecer o contraponto entre os diversos territórios da realidade e suas respectivas racionalidades.²⁸

O seu argumento primordial é que, por se referirem a territórios diversos da realidade e trabalharem com diferentes métodos de investigação, as ciências naturais e as ciências culturais teriam racionalidades distintas. Isso implica propor que as ciências da cultura se inscrevem no discurso científico, apesar de operarem de maneiras diversas em relação às das ciências naturais. Além disso, a imposição dos modelos de racionalidade das ciências da natureza às ciências da cultura não seria possível, a não ser violentando a tessitura dos objetos teóricos destas últimas.

25 ROUANET S.P., *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

26 HABERMAS J., *Dialética e hermenêutica. Para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre, L&PM, 1987.

27 HABERMAS J., *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

28 DILTHEY J., *Introducción a las ciencias del Espiritu, op. cit.*

Nesta perspectiva, as ciências naturais se caracterizariam epistemologicamente pela pretensão em estabelecer nexos de *causalidade* entre os fenômenos. A sua racionalidade seria *explicativa* e *determinista*. Em contrapartida, as ciências do espírito procurariam delinear possibilidades de *compreensão*, inserindo-se no campo textual imantado pelo *sentido*.²⁹ A sua racionalidade seria hermenêutica, indicando pois, de fato e de direito, os saberes da interpretação.

Um dos efeitos marcantes na moderna história das ciências foi o lugar subalterno, quanto à cientificidade, em que foram colocadas as ciências do espírito face às ciências da natureza. Aquelas procuraram imitar os procedimentos metodológicos destas para serem legitimadas como discursos científicos. Não reconheceram devidamente a especificidade de seus objetos teóricos e as estratégias particulares implementadas nas suas construções. Portanto, a oposição estabelecida por Dilthey entre diferentes campos do saber não retirou as ciências da cultura da posição de subalternidade em relação às ciências da natureza, pois, com a dominância do cientificismo positivista e a pretensa certeza determinista das ciências da natureza, as ciências do espírito continuaram no mesmo lugar secundário.

Em verdade, foi a transformação interna no campo das ciências da natureza, principalmente no seu discurso teórico mais avançado, representado pela física, que reabriu esse debate e possibilitou colocar em novas bases a relação entre esses diferentes campos de cientificidade. Com efeito, a constituição da física quântica nos anos 20 e 30, com a formulação do princípio da incerteza de Heisenberg e o destaque ao lugar fundamental do sujeito do conhecimento na construção do objeto teórico na física, subverteu os fundamentos da certeza absoluta, presentes no determinismo da ciência clássica.

O discurso da física se abriu para o reconhecimento da *categoria de acaso*, e a racionalidade probabilística passou a realizar um contraponto sistemático frente à racionalidade determinista. Assim, a *incerteza* do real passou a dialogar com a certeza do determinismo, pela mediação do sujeito do conhecimento na produção do discurso da ciência. Em certo sentido, com a emergência da teoria quântica o discurso da física radicalizou questões que já tinham sido colocadas pelo advento da teoria relativista. Esta última questionara o que ainda existia de absoluto nos pressupostos da física clássica, isto é, a concepção de espaço e de tempo absolutos da física de Newton.

Nesta perspectiva, um dos efeitos maiores desta revolução no campo da epistemologia foi a colocação paulatina do sujeito do conhecimento no primeiro

29 Idem.

plano da produção do objeto teórico dos diferentes discursos científicos. Estes passam a ser considerados como produções históricas e não a enunciação de verdades universais.³⁰ A pretensa neutralidade do sujeito da ciência foi colocada em questão, sendo atribuída a este sujeito uma atividade fundante dos objetos das diversas ciências, na medida em que as suas operações cognitivas são constitutivas do objeto do discurso científico.

Porém, reconhecer no registro epistemológico a posição do sujeito na produção do objeto teórico da ciência é afirmar, ao mesmo tempo, que este sujeito empreende um trabalho de interpretação do real e que a interpretação é constitutiva da objetividade científica. Com isso, pode-se desenvolver a crítica sistemática dos postulados positivistas nos campos da epistemologia e da história das ciências, nas tradições francesa,³¹ norte-americana³² e alemã.³³

As modernas hermenêuticas do campo social e do campo psíquico são produções teóricas que trabalham na mesma direção, apesar de suas especificidades. São derivações históricas desses postulados epistemológicos, pois quando se formula que não existe qualquer possibilidade de definir um horizonte para os fatos sociais e psíquicos fora do campo da linguagem, o que se impõe epistemologicamente é o questionamento da categoria de fato. Nesta perspectiva, o fato se inscreve no campo da linguagem e da interpretação, na medida em que já é um recorte realizado no real mediante uma operação interpretativa. Enfim, com isso é enfatizada a posição histórica do sujeito na produção dos saberes.

Diversidade e diferença na saúde coletiva

Neste sentido, o campo da saúde é subvertido nas suas coordenadas fundamentais. Na tradição ocidental, a saúde, como um direito social a ser conquistado pelas individualidades e como problemática teórica, se inscreveu no campo da medicina desde meados do século XVIII. Foi apenas nesse momento histórico que a medicina adquiriu legitimidade social sobre a saúde, através da construção de diversos saberes que pretenderam enunciar verdades científicas sobre o corpo, a vida, a morte e as enfermidades.

30 CANGUILHEM G., "L'objet de l'histoire des sciences", in CANGUILHEM G., *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris, Vrin, 1968.

31 BACHELARD G., *La formation de l'esprit scientifique*. Contribution a une psychanalyse de la connaissance objective. Paris, Vrin, 1975, 9ª edição. Primeira edição, 1934.

32 KUHN T., *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

33 HABERMAS J., *Connaissance et intérêt*. Paris, Gallimard, 1976.

Estes saberes sempre foram diversificados — clínica médica, polícia médica, medicina social — e, mais do que isso, diferentes. Não existe homogeneidade conceitual entre estes discursos, que remetem para diferentes campos da objetividade. Assim, a clínica pretende ser um saber sobre a individualidade, de onde deriva uma particularização dos cuidados e uma intimidade na relação médico-paciente. Em contrapartida, a polícia médica e a higiene pública se caracterizam como estratégias coletivas, nas quais se realiza um esquadramento sistemático do espaço social.³⁴

Contudo mesmo considerando esta heterogeneidade discursiva, a problemática da *produção da saúde* se inscreve como condição histórica de possibilidade para a constituição da medicina moderna. Esta passa a ocupar um lugar estratégico nas sociedades industriais, nas quais a *norma da saúde* substitui paulatinamente o *ideal de salvação* regulado pelo discurso religioso.³⁵ Nesse contexto, a medicina procurou fundar sua cientificidade nos modelos das ciências naturais, apesar das contradições e dos impasses que esta solução apresentava. Porém, quando o moderno discurso hermenêutico coloca em questão as categorias fundamentais das ciências naturais, como a causalidade e a explicação, é necessário repensar na sua totalidade o conceito de saúde e as modalidades de inserção da medicina no social. O que são saúde e doença, normalidade e anormalidade? Trata-se de indagações cruciais que se impõem à pauta deste debate, pois estão em causa certezas que se fundavam em pressupostos naturalistas.

Essa reflexão crítica sobre a medicina vem sendo desenvolvida paulatinamente desde os anos 20. Propondo que as experiências da enfermidade e da morte eram irredutíveis à racionalidade biológica, a tradição alemã introduziu as ciências do espírito no campo da medicina.³⁶ Em seguida, nos anos 30, esta linha de pesquisa se desenvolveu, com a incorporação da psicanálise na medicina clínica, constituindo a medicina psicossomática.³⁷ Esta postura crítica se desdobrou ainda mais nos anos que se seguiram ao final da Segunda Grande Guerra, quando se evidenciou um grande salto, com a constituição da psi-

34 Sobre isso, ver FOUCAULT M., *Naissance de la clinique. Une archeologie du regard médical*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963; ROSEN G., *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

35 Sobre isso, ver FOUCAULT M., *Naissance de la clinique, op. cit.*; CANGUILHEM G., "Do social ao vital", in CANGUILHEM G., *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

36 BIRMAN J., *Enfermidade e loucura*. Sobre a medicina das inter-relações. 1ª parte. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

37 BIRMAN J., *Idem*. 2ª parte, Capítulo 3.

cologia, da sociologia e da antropologia médicas.³⁸ Porém, apesar do desenvolvimento desses saberes no território da medicina, a tradição positivista dominante colocou essas leituras críticas como secundárias face ao paradigma naturalista.

Retomando as linhas de desenvolvimento desses discursos críticos sobre a medicina, é preciso repensar a tradição naturalista como suporte teórico do campo da saúde. As contribuições dos saberes biológicos neste campo são irrefutáveis, mas são evidentemente insuficientes. Esta limitação não se restringe ao registro do fato, ao que é reconhecido como um problema no campo da saúde. Por isso mesmo, ela indica uma questão da ordem do direito. Vale dizer, os saberes biológicos não podem solucionar os inúmeros impasses colocados pelas concepções de enfermidade, de normalidade e de anormalidade, nas quais se destacam a diversidade e a diferença.

É por este viés que podem se introduzir os saberes centrados na representação e na interpretação. Pelos eixos da linguagem e da história, eles recolocam em cena aquilo que o universalismo do discurso naturalista eliminou do saber. Vale dizer, mediante estes eixos, é possível reconhecer e retomar o *relativismo* e a *singularidade* das comunidades e das individualidades, marcas fundadoras da *diversidade* e da *diferença* que se estabelecem nos registros do social e do psíquico.

Neste sentido, é preciso enunciar que o conceito de *saúde coletiva* não se identifica com os de saúde pública e de medicina social, pois os seus campos de objetividade, os seus objetos teóricos e os horizontes de suas práticas sociais são radicalmente diversos. No campo da saúde coletiva a diversidade e a diferença, como exigências fundamentais para o reconhecimento das comunidades sociais e das individualidades, se impõem como condição de possibilidade para a leitura das concepções de saúde e de doença, de normal e de anormal, da vida e da morte. Por isso mesmo, no discurso contemporâneo da saúde coletiva o conceito de *corpo simbólico* se destaca como sendo fundamental e é irredutível ao conceito de corpo biológico. Da mesma forma, o Estado não é a instância única e fundamental no agenciamento político das práticas sanitárias, já que estas se descentralizam na tessitura heterogênea do espaço social.³⁹

Não pretendemos retomar esta questão aqui de maneira sistemática, mas realizar apenas alguns comentários à guisa de conclusão, pela leitura sumária

38 Idem, 1ª parte.

39 BIRMAN J., "A *physis* da saúde coletiva", in *Physis*. Revista de Saúde Coletiva. Volume I, número 1. Rio de Janeiro, IMS-UERJ/Relume-Dumará, 1991.

de duas obras que realizaram uma crítica radical do campo da saúde, mediante a desconstrução dos paradigmas universalista e naturalista. O trabalho teórico destas obras anuncia uma configuração diferente e uma outra leitura possível para a problemática da saúde. Neste contexto, representação e interpretação são inscritos no campo da saúde, já que mediante os registros da epistemologia e da arqueologia dos saberes, a política, a ética e a etno-história indicam um outro horizonte para o campo da saúde.

Os valores na leitura crítica do campo da saúde

Embora radicalmente diferentes entre si, as pesquisas de Canguilhem sobre o normal e o patológico⁴⁰ e as de Foucault sobre o nascimento da clínica e a constituição da medicina social⁴¹ inauguram a reflexão crítica dessa problemática e oferecem indicações cruciais sobre o que está em questão no campo da saúde coletiva. Pelo confronto da diferença existente nas duas interpretações podemos enunciar o que é fundamental na configuração deste campo.

Os discursos de Canguilhem e de Foucault sobre a medicina não são idênticos, chegando na verdade a se opor. A leitura de Foucault sobre a constituição da medicina moderna é crítica da interpretação de Canguilhem nos seus menores detalhes. Com efeito, Foucault tem a pretensão de desmontar a interpretação epistemológica de Canguilhem, nos seus argumentos fundamentais, numa perspectiva arqueológica. Porém, no *Nascimento da clínica* já se anuncia a problemática do poder, que Foucault desenvolveu posteriormente de maneira sistemática.

Assim, vejamos. Para Canguilhem, a categoria fundamental para se pensar a medicina é a vida; para Foucault, o que caracteriza o discurso da medicina moderna é a categoria de morte. Por isso mesmo, a disciplina básica da racionalidade médica é, para Foucault, a anatomia patológica, que teve em Bichat a sua referência originária; para Canguilhem, a disciplina básica é a fisiologia, que teve em C. Bernard o seu fundador indiscutível.

Conseqüentemente, representando o organismo numa relação ativa com o ambiente (Goldenstein), radicalizando a dialética entre meio interno e meio externo formulada por C. Bernard — pois passaria a incluir também o registro do comportamento —, Canguilhem propõe que existiria no organismo uma possibilidade fundamental, que é a de produção de normas vitais, a que

40 CANGUILHEM G., *O normal e o patológico*, op. cit.

41 FOUCAULT M., *Naissance de la clinique*, op. cit.

denominou de *normatividade*. Assim, a anormalidade não indicaria a inexistência de normas, mas somente normas diversas daquelas que são realizadas pelos organismos da mesma espécie que vivem no mesmo meio. A enfermidade seria a incapacidade, momentânea ou definitiva, de um dado organismo produzir novas normas adequadas às exigências do meio ambiente para manter a continuidade da vida. Enfim, a enfermidade revela a falência da normatividade, enquanto a saúde é o exercício pleno da normatividade vital.

Para Foucault, é preciso considerar o corpo nas suas relações com os outros corpos e não como uma mônada fechada. Porém, a ênfase é dada aqui no indivíduo e não no organismo, de maneira que é importante destacar as múltiplas relações das individualidades no espaço social. O fundamental no discurso da medicina moderna não seria o reconhecimento da capacidade inerente ao organismo de produção de normas, mas a imposição ativa de normas nas populações, regulada pela medicina. A este processo Foucault denomina *normalização*, e à ordem social fundada nele denomina *sociedade disciplinar*. A modernidade e o Iluminismo seriam caracterizados pela constituição de saberes normativos, base de sustentação das *disciplinas*. O advento da medicina, na aurora do século XIX, seria a primeira realização histórica de um saber normativo e o modelo das demais ciências humanas.⁴²

Apesar dessas diferenças, Foucault e Canguilhem convergem quando indicam a problemática básica da medicina na modernidade e reconhecem o seu lugar estratégico. Com o advento da sociedade industrial, a medicina passa a ocupar uma posição destacada no social, que não possuía anteriormente. Promove as regulações entre a ordem vital e a ordem social. Portanto, na sua diversidade discursiva a medicina seria o pólo teórico que regularia estas relações na modernidade, legitimando as práticas sociais que realizariam a gestão das relações entre a ordem da natureza e a ordem da cultura.

Para Canguilhem, na oposição entre ordem vital e ordem cultural o pólo dominante estaria no registro da natureza, que imporá as suas exigências, para as quais o registro da cultura teria que encontrar um lugar possível. A normatividade vital seria a condição da possibilidade para a constituição e o desenvolvimento histórico da medicina. Em contrapartida, para Foucault a dominância estaria inequivocamente no pólo da cultura, que imporá os seus discursos sobre os corpos, de forma a regular a ordem da vida pelas exigências da ordem da cultura.

42 Sobre isso, ver FOUCAULT M., *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris, Gallimard, 1975; Foucault M., *Naissance de la clinique, op. cit.*

Entretanto, na antropologia foucaultiana a ordem cultural seria imediatamente *ordem política*, na qual a *força* dominaria as relações entre os homens no espaço social. Assim, não seria possível conceber a linguagem, como eixo da cultura, na exterioridade dos investimentos de força no social. Neste contexto, as estratégias diversificadas do poder e do contrapoder delineiam lugares diferenciados para os corpos e para as individualidades no espaço social.

A hipótese foucaultiana é de que a modernidade se caracterizaria pela invenção e a descoberta políticas de que a saúde da população seria a riqueza maior das nações, sendo pois a fonte das demais riquezas dos Estados. Por isso mesmo, promover a saúde das populações, pela normalização dos corpos, se transformou na estratégia política primordial da medicina moderna. Enfim, com a modernidade inaugura-se a era da bio-história. A natureza passa a ser ativamente transformada pela cultura através do dispositivo da medicina. Assim, pelos mecanismos de normalização a ordem social imprimiria a direção decisiva nas transformações da ordem vital.⁴³

Podemos destacar o que está em questão neste vigoroso debate sobre o lugar da medicina na sociedade industrial: o *paradigma ético e político* que regula as relações entre a natureza e a cultura, entre o corpo e o social. Para Canguilhem, como herdeiro da tradição vitalista, o discurso da medicina seria homogêneo às exigências normativas do organismo, enquanto para Foucault a ética em pauta seria definida pela linguagem investida nas relações de força, nas quais os corpos seriam capturados e transgredidos nas suas regularidades pelas exigências do poder.

As leituras e as soluções teóricas são opostas. Porém, ambas as leituras indicam de maneira insofismável que no campo da saúde nos inserimos no registro da ética, onde o debate epistemológico é regulado pelos valores da *vida*, da *morte* e do *poder*. Com efeito, enunciar um discurso sobre a norma, seja esta considerada como normatividade vital seja como normalização, é formular um discurso sobre os valores. O que se discute é se estes valores são regulados pela ordem vital ou ordem cultural.

Percursos de leitura

Quando nos inserimos no campo da saúde, estamos imersos no universo dos valores, onde se colocam questões fundamentais nos registros da ética e da política. Foi a esta conclusão crucial a que nos conduziram essas leituras

43 FOUCAULT M., *Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.

críticas. É preciso circular nesse campo considerando que existem escolhas básicas em pauta, onde a vida, a morte, o prazer e a dor estão presentes no horizonte de nossas indagações. Da mesma forma, os registros da normalidade, da anormalidade e da patologia não são definidos por critérios universalistas de cientificidade, pois são regulados por valores. Por isso mesmo, existem representações sustentando os enunciados teóricos, na medida em que o universo dos valores coloca o sujeito face a escolhas decisivas. Enfim, o campo da saúde se apresenta como uma imensa escritura de representações e de enunciados, que exige do pesquisador um trabalho sistemático de interpretação.

Assim, se o campo da saúde coloca uma questão crucial da modernidade — qual seja, a das relações instituídas pelo dispositivo da medicina para regular a natureza pela cultura —, é preciso reconhecer que as soluções propostas pelo naturalismo biológico para essa regulação conduziram a impasses que exigem agora a retomada das questões fundamentais. É preciso realizar uma releitura dos sistemas de representação que foram instituídos como naturais e sublinhar as escolhas presentes nas interpretações do real. Neste contexto, a representação do corpo, a sua inserção num sistema de trocas reguladas pela sexuação, pela reprodução e pela religião, assim como a sua representação individualizada em conjunção com o psiquismo, colocam questões básicas para a concepção das práticas sanitárias.

Nesta perspectiva, discutir o lugar das problemáticas da representação e da interpretação no campo da saúde coletiva é enfatizar que, além de ser determinado pelo universalismo das coordenadas biológicas, o corpo é antes de mais nada uma realidade simbólica. Por isso mesmo, o indivíduo pode adoecer e até mesmo morrer por impasses inscritos na ordem simbólica, pela impossibilidade de regular pelas palavras as excitações do seu corpo, como ocorre nas perturbações psicossomáticas.

Além disso, é preciso considerar que o corpo simbólico não é delineado apenas por características inerentes ao desenvolvimento neurofuncional da espécie humana, mas é principalmente construído pelas modalidades de relações sociais que instituem os sujeitos como individualidades e pelos códigos culturais que as comunidades sociais constituem como sujeito, na sua história. Neste contexto, é importante evocar que a individualidade como concepção do sujeito e como valor constitutivo do social é uma invenção recente na história do Ocidente, não sendo pois uma configuração inerente ao ser do homem.⁴⁴ Portanto, a individualidade não é uma entidade absoluta, mas uma repre-

44 DUMONT L., *Essai sur l'individualisme*. Paris, Seuil, 1983.

sentação diversificada e diferenciada na história social, que desde o século XVIII já nos ofereceu inúmeras concepções sobre o que é o indivíduo.

Da mesma forma, os sistemas de sexuação e de reprodução das comunidades sociais são regulados por códigos estritos de linguagem que é preciso destacar com acuidade, para que se possa conceber o que está em questão na experiência do prazer e da dor humanas. Estes tópicos introduzem questões éticas e terapêuticas fundamentais para a prática médica. Porém, sabemos que são tematizados também pelos discursos da religião, nos quais o prazer e a dor das individualidades são regulados no confronto com o sagrado.

Estes são os temas que os diferentes trabalhos desta publicação desenvolveram, em campos específicos. Porém, se a antropologia social e a psicanálise ocuparam um indiscutível lugar de destaque neste número de *Physis*, isso se deve não apenas ao lugar fundamental que as problemáticas da representação e da interpretação têm na história destes saberes, mas também pela contribuição teórica que realizaram no campo da saúde coletiva.

Joel Birman